



PENSAMENTO E FIGURAÇÃO NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

Thought and picture in the Tractatus Logico-Philosophicus

Rogério Saucedo Corrêa

Doutor em Filosofia pela Universidade de São Paulo (USP), professor adjunto do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, GO - Brasil, e-mail: rogerio.fsc@gmail.com

Resumo

Quando uma proposição elementar é instituída, as relações afigurantes estabelecem um contato entre a proposição e o fato. Isso parece comprometer o projeto tractariano com uma abordagem psicológica, mas não é o caso, uma vez que o ponto de vista do *Tractatus Logico-Philosophicus* diz respeito às condições de possibilidade da representação. Nesse sentido, meu objetivo nesse artigo é duplo. Primeiro, mostro que o pensamento desempenha uma função fundamental na instituição de uma figuração. Segundo, mostro que o fato de o pensamento desempenhar uma função importante na instituição de uma figuração não compromete o projeto tractariano com uma investigação de natureza psicológica.

Palavras-chave: Pensamento. Figuração. Proposição.

Abstract

When an elementary proposition is instituted, the pictorial relations establish a contact between the proposition and the fact. This seems to commit the Tractarian project with a psychological view, but this is not the case because the point of view of the Tractatus Logico-Philosophicus is concerned with the conditions of possibility of the representation. In this paper my objective is twofold. First, I show that the thought plays a basic function in the institution of a picture. Second, I show that the fact that the thought plays an important role in the institution of a picture does not commit the Tractarian project with an inquiry of psychological nature.

Keywords: *Thought. Picture. Proposition.*

INTRODUÇÃO

Dada a situação atual da literatura secundária sobre o *Tractatus Logico-Philosophicus*¹ (WITTGENSTEIN, 1993), tornou-se uma moeda corrente a ideia de que essa obra é uma investigação lógica em sentido amplo, isto é, uma investigação sobre as condições de possibilidade da representação.² Questões como a determinação do valor de verdade das proposições elementares ou encontrar exemplos de proposições elementares não dizem respeito ao âmbito da investigação lógica. Propor uma discussão sobre a função do pensamento na instituição da figuração, portanto, pode parecer um duplo equívoco. Em primeiro lugar, porque significa que estou propondo uma investigação psicológica de caráter empírico com base nas noções tractarianas. Em segundo lugar, porque significa que nessa obra encontramos algo desse gênero. Não se trata, evidentemente, de nenhum desses dois casos. No entanto, o fato do TLP apresentar uma discussão sobre as condições de possibilidade da representação na qual o pensamento

¹ Daqui em diante abreviado por TLP e citado pelo número dos aforismos.

² Uso representação como sinônimo de figuração. Toda proposição é uma figuração, mas nem toda figuração é uma proposição. Como proposições são figurações, segue-se que todas as características dessas últimas valem para as primeiras. Quando falo de proposição, portanto, também estou falando de figuração ou representação.

é explicitamente mencionado, torna necessário justificar como isso é possível. Em outras palavras, é necessário explicar como uma investigação lógica não se torna uma investigação psicológica quando um elemento eminentemente psicológico aparece no seu interior. Nesse sentido, portanto, meu objetivo é mostrar em que momento o pensamento desempenha uma função relevante na instituição de uma representação e que essa função relevante não afeta o caráter lógico da investigação tractariana.

A instituição de uma figuração depende do cumprimento de seis condições³. As duas primeiras são mencionadas no aforismo 2.15. De acordo com esse aforismo, uma figuração deve possuir uma estrutura e uma forma de afiguração. Suponha, para fins explicativos, que uma maquete de papel da Praça dos Três Poderes seja uma figuração. Neste caso específico, os elementos que compõem a maquete possuirão certas relações entre si. Se as relações forem espaciais, então posso afirmar que um prédio está à frente do outro ou que um prédio está à esquerda do outro e assim por diante. As relações espaciais que os elementos da maquete mantêm entre si possuem uma ordem determinada que deve ser a mesma que os prédios reais mantêm entre si. Tais relações são, portanto, a estrutura da figuração. Uma vez que a forma da figuração é definida como a possibilidade da estrutura, segue-se que a forma da figuração é a possibilidade daquelas relações espaciais.

Existe, nesse ponto, uma diferença fundamental entre a maquete e a Praça dos Três Poderes. Posso expressá-la dizendo que a maquete está em uma escala muito menor que a Praça dos Três Poderes. O mesmo ocorre se consulto um mapa que possui uma escala diferente da região que ele representa. A diferença entre a maquete e a Praça dos Três Poderes, porém, é compensada porque toda figuração pressupõe regras de tradução⁴. Estas permitem, por exemplo, que o mapa não reproduza o relevo em detrimento das ruas ou que a maquete não reproduza o número de pessoas que transitam pela Praça dos Três Poderes e, ainda assim, eu tenha um mapa e uma maquete de porções da realidade. Regras de tradução, portanto, permitem que uma figuração destaque certas relações e não outras. Essa é, portanto, a terceira condição. Uma quarta condição é a bipolaridade⁵. Dizer que uma figuração é bipolar significa dizer que ela

³ Analiso cada uma dessas condições com mais detalhes em minha dissertação de mestrado (CORRÊA, 1998).

⁴ WITTGENSTEIN, 1993, 3.11-3.13, 4.0141.

⁵ WITTGENSTEIN, 1993, 4.3.

pode ser verdadeira ou falsa. Essa condição é uma propriedade fundamental das figurações. Para meus propósitos, no entanto, a noção de relação afigurante é mais importante. Deixo-a, portanto, por último e passo para a noção de forma lógica de afiguração.

A princípio, não parece haver diferença entre a forma lógica e a forma de afiguração. Elas não se confundem, no entanto, pois caracterizam aspectos diferentes da figuração. De acordo com os aforismos 2.18, 2.181 e 2.182:

o que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade.

Se a forma de afiguração é a forma lógica, a figuração chama-se figuração lógica. Toda figuração é *também* uma figuração lógica (No entanto, nem toda figuração é, p. ex., uma figuração espacial).

A figuração lógica pode afigurar o mundo. A figuração tem em comum com o afigurado a forma lógica de afiguração

Anteriormente afirmei que a forma de afiguração é a possibilidade da estrutura. Na passagem citada acima, a forma de afiguração é identificada com a forma lógica, uma vez que “Toda figuração é também uma figuração lógica” (WITTGENSTEIN, 1993, 2.182). Se a ênfase de leitura ficar restrita a essa sentença, a conclusão não me permite distinguir entre forma de afiguração e forma lógica de afiguração. Logo, devo inferir que a forma lógica é a possibilidade da estrutura. Essa conclusão, de certo modo, não está completamente errada. É necessário, porém, complementá-la com uma qualificação adicional fornecida pela sentença imediatamente subsequente. De acordo com ela, “(No entanto, nem toda figuração é, p. ex., uma figuração espacial)” (WITTGENSTEIN, 1993, 2.182). O exemplo da maquete é um caso que serve perfeitamente para explicar essa qualificação. Nele destaquei as relações espaciais, mas poderia destacar as relações cromáticas. Teria, portanto, uma figuração cromática. Dizer isso significa dizer que o tipo de figuração resultante sempre dependerá da porção do mundo a ser representada. Posso instituir, portanto, diferentes figurações do mundo. Desse modo, tantas quantas forem as figurações, tantas serão as formas de afiguração. Independentemente disso, toda figuração tem uma forma lógica. Por que toda figuração, independentemente da sua forma de afiguração, tem uma forma lógica?

Porque toda figuração é um recorte, por assim dizer, de uma situação possível do mundo que, por sua vez, depende da combinação entre si dos elementos que o compõem, isto é, dos objetos. Cada objeto possui, enquanto propriedade, todas as possibilidades combinatórias com outros objetos⁶. Se considero todas as possibilidades combinatórias de todos os objetos, sejam lá quantos eles forem, então tenho o espaço lógico.⁷ O somatório de todas as possibilidades combinatórias dos objetos é, portanto, o espaço lógico. Como qualquer porção do mundo a ser representada está imersa no espaço lógico, segue-se que a figuração também figura o espaço lógico. A forma lógica, portanto, é a forma lógica do espaço lógico, enquanto a forma de afiguração é a forma da porção do mundo figurada. As condições que toda figuração deve cumprir, portanto, são as seguintes: ser bipolar, ter uma estrutura, forma de afiguração, regra de tradução e forma lógica de afiguração. Resta, portanto, a noção de relação afigurante.

Essa condição é importante, pois ela serve para explicar o papel do pensamento na instituição da figuração. De acordo com o TLP, o modo como uma figuração vai até a realidade se dá por meio das relações afigurantes⁸. Elas garantem não apenas um contato entre figuração e realidade, mas também permitem notar uma diferença entre essas duas coisas. Se, no exemplo da maquete, o representado é a Praça dos Três Poderes, então posso afirmar que os elementos que o compõem são prédios construídos com certo material como cimento. A maquete, por sua vez, é constituída de papel. Os elementos que compõem a representação e o representado não são os mesmos. É verdade que eu poderia construir a maquete com os mesmos materiais usados na construção da Praça. Ainda assim a maquete e a porção da realidade não se confundem. Além disso, no caso das proposições, esse tipo de coincidência é descartada desde o princípio, pois uma proposição não pode ser constituída de prédios, mas de símbolos que fazem as vezes de prédios. Como, porém, a relação afigurante associa-se ao pensamento? Dada a associação, que importância ela tem para explicar o papel do pensamento na instituição de uma figuração?

⁶ WITTGENSTEIN, 1993, p. 2.014.

⁷ WITTGENSTEIN, 1993, p. 2.013.

⁸ WITTGENSTEIN, 1993, p. 2.1514.

Pensamento e figuração

Uma maneira de abordar as questões formuladas no final da seção anterior é recorrer a uma carta escrita por Wittgenstein em 19/08/1919⁹. Nessa carta, ele responde a algumas perguntas feitas por Bertrand Russell sobre o TLP, entre as quais três são a respeito do pensamento. A primeira questão – Quais são os constituintes e componentes do pensamento? – é respondida parcialmente de forma negativa, pois Wittgenstein diz não saber quais seriam ou que tipo de coisas poderiam ser consideradas como constituintes do pensamento. Porém, mesmo sem saber que tipo de coisas poderiam ser estes elementos, é afirmado que devem existir e corresponder às palavras da linguagem. Quanto à segunda pergunta – Qual a relação entre o pensamento e o fato figurado –, a resposta é que saber em que consiste esta relação é irrelevante. Note-se, porém, que Wittgenstein não diz que não existem relações entre pensamento e fato, mas que uma investigação sobre este tema é irrelevante. Aqui, há uma relação com uma das hipóteses que descartei no começo deste artigo. A falta de relevância desse tipo de investigação deve-se ao fato de ela ser de natureza psicológica e não lógica. Tal como é dito no aforismo 4.1211, o perigo de se adotar a perspectiva tractariana é confundi-la com investigações psicológicas irrelevantes. Não se trata de dizer que uma investigação psicológica é irrelevante enquanto tal, mas que ela é irrelevante em relação aos objetivos que o TLP estabelece. No que diz respeito à noção de figuração, uma parte desses objetivos consiste em estabelecer as condições de possibilidade para uma representação. A resposta formulada na carta, portanto, faz eco ao aforismo 4.1211.

Finalmente, a terceira pergunta – Se o pensamento é composto de palavras – também é respondida parcialmente de modo negativo e dogmático. Por um lado, o que pode ser inferido a partir da resposta à primeira pergunta, o pensamento não é composto ou formado de palavras, pois não se sabe que tipo de elementos compõem o pensamento. Por outro lado, mesmo que não se saiba que tipo de coisas são os elementos do pensamento, eles possuem uma natureza, ou seja, são psíquicos e mantêm uma relação com a realidade do mesmo tipo que a relação mantida entre os nomes e a realidade. Em primeiro lugar, portanto, o pensamento é formado de elementos psíquicos. Embora não se saiba de que tipo sejam tais elementos,

⁹ WITTGENSTEIN, 1986, p. 222.

sabe-se que eles mantêm relações tanto com a realidade quanto com a linguagem. Em segundo lugar, uma investigação acerca das relações entre o pensamento e a realidade não é uma tarefa da filosofia, mas da psicologia.

A carta acima insinua uma relação de mão dupla. Assim como há relações entre o pensamento e a realidade, também há relações entre o pensamento e a linguagem. No TLP, essa discussão é desenvolvida nos primeiros aforismos do grupo três. A primeira afirmação feita por Wittgenstein é que “A figuração lógica dos fatos é o pensamento” (WITTGENSTEIN, 1993, p. 3). Se toda figuração é uma figuração lógica¹⁰ e se a figuração lógica é o pensamento, então a figuração é o pensamento. Consequentemente, o pensamento possui todas as seis condições analisadas anteriormente. Fundamentalmente, o pensamento possui uma forma de afiguração comum a ele e ao pensado. Portanto, o pensamento é uma figuração lógica que tem uma forma lógica.

Outra característica do pensamento é que ele possui a possibilidade daquilo que ele pensa e não o próprio pensado¹¹. É claro que o pensamento não pode conter aquilo que ele pensa. Se o pensamento acerca da Praça dos Três Poderes contivesse aquilo que ele pensa, isto é, a própria Praça dos Três Poderes, então ele conteria essa porção do mundo. Por si só isso já é um absurdo. Soma-se a essa característica a impossibilidade de o pensamento ser verdadeiro *a priori*.¹² Se um pensamento fosse verdadeiro *a priori*, então a própria possibilidade seria a condição de verdade de si mesma, pois ele não necessitaria de um objeto de comparação para a determinação da sua verdade. Consequentemente, o pensamento careceria da possibilidade de ser falso. Se, no entanto, um pensamento não pode ser verdadeiro *a priori* e se ele contém a possibilidade do que ele pensa, a sua verdade ou falsidade só será determinada a partir da sua comparação com o que é pensado.¹³ Isso nada mais é do que a propriedade da bipolaridade atribuída ao pensamento.

Como o pensamento relaciona-se com o mundo e com a linguagem? Que caminhos são traçados entre essas três instâncias, de acordo com o que indiquei a partir da análise da carta de Wittgenstein a Russell? As respostas a estas questões esclarecem o papel que é delegado ao

¹⁰ WITTGENSTEIN, 1993, 2.182.

¹¹ WITTGENSTEIN, 1993, 3.02.

¹² WITTGENSTEIN, 1993, 3.04.

¹³ WITTGENSTEIN, 1993, 3.05.

pensamento no interior da teoria da figuração e permitem entender uma diferença fundamental estabelecida por Wittgenstein entre sinal e símbolo, sinal proposicional e proposição.

Um sinal proposicional é o meio de expressão de um pensamento.¹⁴ Para tanto, é necessário um método de projeção, que consiste em pensar o sentido da proposição.¹⁵ Dessa forma, ao pensar o sentido da proposição, uma situação possível é projetada em um sinal proposicional. Este último, no entanto, não é uma proposição. Uma proposição só é instituída a partir do momento em que uma situação possível é projetada em um sinal proposicional, enfim, quando um sinal proposicional é pensado. A proposição, portanto, é o que resulta da relação entre sinal proposicional e método de projeção. Como afirma Wittgenstein, “À proposição pertence tudo que pertence à projeção; mas não o projetado. Portanto, a possibilidade do projetado, mas não ele próprio [...]” (WITTGENSTEIN, 1993, 3.13). Sem esta trama entre sinal proposicional e projeção não há proposição.

Como um pensamento é uma figuração, a ele cabem tanto relações afigurantes quanto regras de projeção. As relações afigurantes garantem o contato com o mundo e as regras de projeção o contato com o sinal proposicional. É apenas porque existe um pensamento mediando o sinal proposicional e o mundo que é possível ao sinal proposicional figurar o mundo, pois, caso contrário, seria necessário que as relações afigurantes fossem projetadas a partir dos sinais proposicionais ou, mais propriamente, a partir dos símbolos. Esse ponto pressupõe uma questão que não é menos importante. Trata-se de saber quem estabelece as relações afigurantes com o mundo. Como afirmei, uma resposta é dizer que os símbolos projetam tais relações em função da sua natureza intrínseca. Essa é a perspectiva assumida por Malcom (1987, p. 75). Penso, no entanto, que a perspectiva de Malcom atribui um poder misterioso aos símbolos. De alguma maneira, que não temos como saber, os símbolos são capazes de estabelecer as relações afigurantes a partir deles mesmos com o mundo. Outra maneira de responder à questão é dizer que quem estabelece as relações afigurantes entre os símbolos e o mundo é o sujeito. Não se trata, porém, de qualquer sujeito, mas do sujeito transcendental. Essa é a via assumida por Kenny (1983, p. 146-147).¹⁶

¹⁴ WITTGENSTEIN, 1993, 3.12.

¹⁵ WITTGENSTEIN, 1993, 3.11.

¹⁶ Não entro no mérito dessa questão, pois isso desviaria o foco da discussão.

Os elementos que formam o sinal proposicional são denominados de sinais simples, o que significa que eles não são analisáveis¹⁷ e estão uns para os outros de um modo determinado, ou seja, o sinal proposicional é um fato.¹⁸ Mas quando os sinais simples que formam o sinal proposicional são usados,¹⁹ isto é, pensados, o seu estatuto muda e eles passam a ser *nomes*. “Pensar”, aqui, deve ser entendido em um sentido específico do termo, qual seja, estabelecer relações afigurantes e regras de projeção. A distinção entre sinal e símbolo, portanto, também vale para o sinal proposicional e a proposição, respectivamente. Logo, tem-se uma situação na qual há o sinal proposicional cujos elementos são os sinais simples, e a proposição cujos elementos são os nomes. É apenas quando um sinal proposicional é pensado que ocorre esta mudança de sinal para símbolo, de sinal proposicional para proposição e concomitantemente de sinal simples para nome.

A relação que há entre sinal e símbolo, na verdade, não é uma relação de transformação do primeiro para o segundo, como poderia sugerir a explicação formulada anteriormente. Na verdade, “O sinal é aquilo que é sensivelmente perceptível no símbolo” (WITTGENSTEIN, 1993, 3.332). Uma proposição, portanto, está por detrás dos sinais da linguagem ordinária, é uma espécie de fundo oculto desta, e é uma característica da proposição poder ser expressa sensivelmente.

A distinção entre sinal e símbolo permite evitar as confusões de que a filosofia está repleta²⁰. Dada a expressão “Rosa é rosa” composta do nome próprio “Rosa” e do adjetivo “rosa” e se a considero apenas como sinal gráfico, então o nome próprio não difere do adjetivo. No entanto, eles são símbolos diferentes, pois designam de maneiras diferentes. É isso o que ocorre na linguagem cotidiana quando uma mesma palavra designa de maneiras diferentes (é o caso da proposição “Rosa é rosa”), pois em “Rosa é rosa”, embora os sinais sejam iguais, eles designam de maneiras diferentes, são símbolos diferentes. Outra possibilidade de confusão na linguagem cotidiana ocorre quando sinais diferentes são empregados para o mesmo símbolo. Em qualquer um dos dois casos, o resultado é uma confusão no sentido em que não se distingue o que é um símbolo do que é um sinal. A solução proposta no TLP é o uso de uma notação que obedeça à sintaxe

¹⁷ WITTGENSTEIN, 1993, 3.201 e 3.26.

¹⁸ WITTGENSTEIN, 1993, 3.14.

¹⁹ Há várias passagens em que Wittgenstein refere-se à noção de uso, como, por exemplo, em 3.326, 3.327 e 3.328.

²⁰ WITTGENSTEIN, 1993, 3.324.

lógica, ou seja, uma notação que exclua a possibilidade de confusões. Isso pode ser feito de modo que o mesmo sinal não seja empregado para símbolos diferentes e sinais diferentes para um mesmo símbolo; ou seja, em uma notação correta, um símbolo deve ser usado para um sinal apenas e um sinal deve ser usado para um símbolo apenas.²¹

A proposição, portanto, é um símbolo assim como os seus elementos, os nomes, também o são. Porém, ela não é imediatamente constatável, e é necessário encontrá-la por detrás dos sinais da linguagem ordinária, no fundo oculto dos sinais. Esta tarefa é realizada pela análise lógica da linguagem. A análise deve ser capaz de, partindo da linguagem ordinária, chegar até uma proposição que, por sua vez, está relacionada biunivocamente ao pensamento.²² Uma proposição assim caracterizada é o que se denomina “proposição completamente analisada”, isto é, uma proposição formada da concatenação de nomes logicamente compatíveis entre si, e que consiste no término da análise, pois um nome é um sinal primitivo e sinais primitivos não podem ser analisados.²³

O percurso que a análise faz da linguagem cotidiana até uma proposição completamente analisada é indicado pelas definições dos símbolos que ocorrem na proposição não analisada.²⁴ Com base nas definições dos símbolos, é possível chegar até uma proposição completamente analisada, a qual deve ter um sentido completamente determinado, pois uma proposição com sentido indeterminado é uma proposição que não descreve nada. A análise, portanto, percorre o caminho inverso daquele que é realizado ao se projetar uma situação possível em um sinal proposicional. Por um lado, uma situação possível é projetada em um sinal proposicional de acordo com regras de projeção ao se pensar o sentido de uma proposição. Por outro lado, o percurso que vai da linguagem cotidiana até uma proposição completamente analisada é revelado ao se analisar um sinal proposicional com base nas definições dos símbolos que ocorrem na linguagem cotidiana.

²¹ WITTGENSTEIN, 1993, p. 3.325.

²² WITTGENSTEIN, 1993, p. 3.2.

²³ WITTGENSTEIN, 1993, p. 3.26.

²⁴ WITTGENSTEIN, 1993, p. 3.24.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, R. S. **Números e cores**: a origem da crise do projeto tractariano. 1998. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Filosofia, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 1998.

KENNY, A. Wittgenstein's early philosophy of mind. In: BLOCK, I. **Perspectives on the philosophy of Wittgenstein**. Cambridge: Cambridge, 1983. p. 141-147.

MALCOM, N. **Wittgenstein**: nothing is hidden. Oxford: Basil Blackwell, 1986.

WITTGENSTEIN, L. **Diário Filosófico (1914-1916)**. Tradução de Jacobo Muñoz e Isidoro Reguera. Barcelona: Editorial Planeta-De Agostini, 1986.

_____. **Tractatus logico-philosophicus**. Tradução de Luiz Henrique Lopes dos Santos. São Paulo: EDUSP, 1993.

Recebido: 10/12/2008

Received: 12/10/2008

Aprovado: 04/03/2009

Approved: 03/04/2009